

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****2ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4003847-74.2013.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
 Requerente: **ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO**
 Requerido: **ANTONIO CARLOS CASABIAN JUNIOR**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Zanini Maciel**

Vistos.

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO, qualificada nos autos, ajuizou *ação de cobrança* em face de **ANTÔNIO CARLOS CASABIAN JÚNIOR**, também qualificado, alegando, em síntese, que o réu se matriculou e frequentou as aulas referentes ao curso de direito no ano letivo de 2009 e que, não obstante, deixou de efetuar o pagamento das parcelas da anuidade devida vencidas no período de março a dezembro do mesmo ano, ensejando o inadimplemento um débito no valor atualizado de R\$ 8.641,93, requerendo, assim, a condenação do demandado ao pagamento da referida quantia. Com a inicial vieram procuração e documentos de págs. 05/40.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****2ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Frustradas as tentativas de citação pessoal do réu (págs. 44, 56, 77, 103, 104, 117, 126, 135, 145, 154, 170, 192, 201, 210, 219 e 235), bem como infrutíferas as diligências empreendidas para localização do seu paradeiro (págs. 86/87, 89, 91, 180/184, 251/253 e 260/261), foi ele citado por edital (págs. 267 e 273) e não apresentou resposta no prazo legal, conforme certidão de pág. 274, tendo sido nomeado, então, curador especial (pág. 275), o qual ofereceu contestação às págs. 279/282, sustentando, em resumo, que a cláusula contratual que prevê a perda do desconto na hipótese de atraso no pagamento das mensalidades é abusiva e não foi redigida com destaque, sendo ilegítima a exigência cumulada da multa contratual, de modo que o débito deve se restringir ao valor da mensalidade com desconto, extirpados os juros cobrados, por ausência de previsão contratual, com final postulação de limitação da cobrança em conformidade com o exposto.

Seguiu-se a apresentação de réplica, pela qual foram contrariados os termos da defesa ofertada (págs. 285/290).

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Oportuno o julgamento imediato da lide, nos moldes previstos no art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil, tendo em vista que se mostra desnecessária a produção de novas provas para o equacionamento do litígio.

Procede, em parte, a pretensão deduzida pela autora, uma vez que restou caracterizada a existência e exigibilidade do crédito cobrado, embora por valor inferior ao apontado.

Com efeito, é incontroversa a efetiva celebração da contratação indicada entre as partes, conforme instrumento reproduzido à pág. 26, assim como a prestação, pela demandante, dos serviços educacionais pactuados, de resto evidenciada pelo teor do histórico juntado às págs. 31/34, não tendo o demandado negado, ainda, a ausência de pagamento das prestações contratuais reclamadas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não obstante, o excesso de cobrança defendido pelo mesmo restou configurado, pois a previsão da concessão de desconto pelo pagamento da mensalidade até o vencimento configura, a rigor, a imposição disfarçada de multa moratória, por importar, o descumprimento da obrigação no prazo ajustado, tal qual numa autêntica cláusula penal, a elevação da prestação em montante pecuniário predeterminado, revelando-se, na espécie, ilegal, já que supera o limite de 2% fixado por força da disposição cogente contida no art. 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, a estabelecer a respectiva nulidade, à luz do disposto no art. 51, *caput*, incs. IV e XV, do mesmo Código.

A propósito, convém transcrever a ementa dos seguintes arestos do Tribunal de Justiça deste Estado, pela integral aplicabilidade da orientação neles adotada ao caso em vertice:

Cobrança. Preliminar. Cerceamento de defesa. Prova oral para comprovar a existência de desconto na mensalidade escolar. Controle da produção da prova é pautado pelos critérios de admissibilidade, pertinência e relevância. Inutilidade do meio de prova. Documentos apresentados demonstram a existência dos descontos. Mérito. Prescrição. Inaplicabilidade do prazo anual previsto no Código Civil de 1916. Celebração do contrato de prestação de serviços e mora da ré na vigência do Código Civil de 2002. Prazo quinquenal. Art. 206, §5º, I, do Código Civil de 2002. Precedentes. Cumulação de perda do desconto por impontualidade com multa moratória. Abusividade reconhecida. Violação do princípio da boa-fé. Dupla penalidade ao consumidor. Valor da mensalidade reduzido na proporção exata dos descontos. Sentença reformada. Recurso provido em parte. (Apelação nº 0011970-14.2008.8.26.0132 - Relator(a): Hamid Bdine - Comarca: Catanduva - Órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 25/06/2013 - Data de registro: 27/06/2013).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
2ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - AJUIZAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DE CONSUMIDORES - MENSALIDADE ESCOLAR - DESCONTO DE PONTUALIDADE. A aplicação de desconto de pontualidade, em verdade, caracteriza-se como incidência disfarçada de multa moratória em patamar superior ao legalmente admitido. Diferença entre o valor a ser adimplido na data do vencimento e aquele acrescido de juros de mora que ultrapassa 27%. Cláusula abusiva. Nulidade da disposição contratual inserida em todos os contratos jurídicos já realizados e a serem realizados pela referida instituição. Consectários da mora que devem incidir sobre o valor efetivamente cobrado, ou seja, com aplicação do desconto pela pontualidade. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Ausente comprovação da má-fé do autor, não estão preenchidos os requisitos para a devolução em dobro. Devolução que deve ser simples da diferença entre o montante verdadeiramente cobrado na data do vencimento (com o desconto de pontualidade) acrescidos dos consectários da mora, no limite legal, observado o prazo prescricional. Recurso do autor parcialmente provido e negado provimento ao adesivo da ré. (Apelação nº 0254568-32.2007.8.26.0100 - Relator(a): Hugo Crepaldi - Comarca: São Paulo - Órgão julgador: 25ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 06/06/2013 - Data de registro: 10/06/2013).

Prestação de serviços educacionais - Cobrança - Impossibilidade de cumulação do desconto de pontualidade e da multa, sob pena de "bis in idem" - Ausência de quitação das mensalidades por problemas sociais e financeiros - Irrelevância para o deslinde da causa - Sentença mantida - Recursos improvidos. (Apelação nº 0049397-11.2011.8.26.0562 - Relator(a): Vianna Cotrim - Comarca: Santos - Órgão julgador: 26ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 22/05/2013 - Data de registro:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

24/05/2013).

Cobrança - Contrato de prestação de serviços educacionais - Abono ou desconto por pontualidade não passa de multa moratória mal disfarçada e não se cumula com outra multa de idêntica natureza - Correção monetária, mera atualização do valor nominal da moeda, é devida desde o inadimplemento - Como os juros decorrem da mora e como a mora dá-se no vencimento da prestação inadimplida, resulta manifesta sua incidência desde então - Recurso provido em parte. (Apelação nº 9051196-41.2009.8.26.0000 - Relator(a): Silvia Rocha - Comarca: Franca - Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 13/03/2013 - Data de registro: 14/03/2013).

Neste cenário, o valor nominal das mensalidades ordinárias devidas pelo demandado, embora fixado na avença no importe de R\$ 531,00, deve ser calculado com o abatimento da quantia correspondente ao desconto convencionado por pontualidade, reduzindo-se à importância de R\$ 398,25, sendo que a correção monetária e os juros moratórios não de incidir, em se tratando de obrigação líquida a termo, a partir da data do vencimento de cada débito, como pleiteado, ao passo que a multa de mora deve ser computada no percentual aludido, pelos fundamentos já expostos.

Revela-se cabível, ademais, a incidência de juros que tais exigidos, independentemente da existência de previsão contratual, por decorrer a sua exigibilidade diretamente da lei, na forma prevista nos arts. 389 e 406, ambos do atual Código Civil.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido veiculado na demanda de cobrança proposta por *Associação São Bento de Ensino* em face de *Antônio Carlos Casabian Júnior*, apenas para condenar o réu a pagar à autora, para satisfação do crédito cobrado referente às onze mensalidades escolares especificadas, a quantia correspondente à soma dos valores unitários de R\$ 398,25 (trezentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de multa no percentual de 2,0% (dois por cento), com correção monetária, pelo índice contratual, e juros de mora, no percentual de 1,0% (um por cento) ao mês,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ambas as verbas incidindo a partir da data do vencimento de cada prestação até o efetivo pagamento.

Em razão da sucumbência parcial, porém desproporcional, arcarão os litigantes, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para a demandante e 75% (setenta e cinco por cento) para o demandado, com o pagamento das custas e despesas processuais, devidamente corrigidas, na hipótese de reembolso, pelos índices previstos na Tabela Prática pertinente do E. Tribunal de Justiça do Estado desde a data do desembolso, bem como dos honorários advocatícios dos patronos da parte contrária, arbitrados, com base no disposto no art. 85, § 2º, do atual Código de Processo Civil, no importe global de 20% (vinte por cento) do valor total da condenação na data do cumprimento voluntário ou da propositura da execução, atualizável a partir de então pelos mesmos índices, a ser dividido e pago para cada banca observada a aludida repartição, vedada a compensação, à luz da regra contida no § 14, do referido dispositivo legal, com a incidência de juros moratórios, à taxa aludida, a contar da data do trânsito em julgado desta solução, ficando suspensa a exigibilidade destas verbas, todavia, em relação ao réu, enquanto não implementada a condição prevista no art. 98, § 3º, do mesmo Código, por força dos benefícios da assistência judiciária gratuita outrora deferidos (pág. 283).

P.I.

Araraquara, 04 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**